



XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-6 – Informação, Educação e Trabalho

ACESSIBILIDADE NA BIBLIOTECA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA BIBLIOTECA MUNICIPAL NEY PONTES DUARTE DA CIDADE DE MOSSORÓ/RN

ACCESSIBILITY IN THE PUBLIC LIBRARY: AN ANALYSIS OF THE NEY PONTES DUARTE MUNICIPAL LIBRARY IN THE CITY OF MOSSORO/RN

Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso. UFS.

Rosa Milena dos Santos. UFS.

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A acessibilidade é o processo de adaptar produtos, estruturas e serviços estabelecendo autonomia e independência para o indivíduo. O objetivo desta pesquisa consiste em identificar as condições de acessibilidade física e comunicacional da Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes Duarte da cidade de Mossoró/RN; analisar seus resultados e relacioná-los com a competência do profissional da informação. A metodologia utilizada no trabalho foi um estudo de caso, pautado em uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo. Nos resultados, foi possível identificar a falta de acessibilidade na biblioteca pública, necessitando que os órgãos públicos voltem seus investimentos a esta unidade de informação.

Palavras-chave: Acessibilidade em bibliotecas. Competência profissional. Profissionais da informação.

Abstract: Accessibility is the process of adapting products, structures and services establishing autonomy and independence for the individual. The objective of this research is to identify the conditions of physical and communicational accessibility of the Ney Pontes Duarte Municipal Public Library in the city of Mossoró/RN; analyze their results and relate them to the competence of the information professional. The methodology used in the work was a case study, based on a qualitative bibliographic research. In the results, it was possible to identify the lack of accessibility in the public library, requiring public agencies to return their investments to this information unit.

Keywords: Accessibility in libraries. Professional competence. Information professionals.

1 INTRODUÇÃO

Pensar sobre acessibilidade é, antes de tudo, o exercício de um olhar sensível sobre a estrutura social e a forma com a qual compreendemos a vida cotidiana inclusiva. Esse exercício, quando realizado sistematicamente, demonstra possibilidades e alternativas, mesmo diante dos obstáculos físicos, comunicacionais e atitudinais presentes nos espaços



públicos e privados que circulamos. As bibliotecas, arquivos e museus, enquanto importantes espaços de sociabilidade e de informação, têm a possibilidade de fomentar e suscitar a sensibilidade no olhar das pessoas que usam esses espaços. Nessa perspectiva, a discussão sobre acessibilidade, para além das diversas tipologias e classificações que lhe são intituladas, permite a formação de sujeitos reflexivos e sensíveis quanto à diversidade e aos processos que envolvem a inclusão social. Nessa compreensão de adequar serviços, espaços e equipamentos à diversidade social, a ideia do Desenho Universal, inicialmente pensada pelos profissionais da Arquitetura, ganhou destaque em diversas áreas do conhecimento (GABRILLI, [21-?], p.10).

Os princípios do Desenho Universal, de acordo com Cambiaghi (2017, p.81), têm uma funcionalidade social importante, pois permitem “reduzir a distância funcional e entre os elementos do espaço e as capacidades variadas das pessoas”. Nessa direção, percebe-se a importância dessa prerrogativa, pois torna-se possível pensar e planejar serviços, recursos e espaços com equiparação de oportunidades para a maioria das pessoas, independente de suas condições.

Pensar o Desenho Universal e as condições necessárias para o processo de inclusão nas bibliotecas públicas é um propósito importante e possível nos dias atuais. As oportunidades de acesso e usabilidade nas unidades de informação devem fazer parte do programa de qualidade dessas instituições e não devem mais ser excludentes. Diante dessas constatações, percebeu-se a importância de investigar a realidade das bibliotecas públicas, identificando obstáculos e impedimentos e propondo melhorias. Além disso, é importante observar e verificar a competência do profissional da informação frente aos desafios de inserir a acessibilidade em instituições públicas.

Sendo assim, o objetivo deste texto é realizar um diagnóstico das condições de acessibilidade física e comunicacional da Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes Duarte, da cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte. Para alcançar esse objetivo, priorizou-se analisar os resultados do diagnóstico de acessibilidade física e comunicacional na referida unidade, relacionando-os à competência do profissional da informação.

2 INCLUSÃO SOCIAL, ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL

De acordo com Pereira e Saraiva (2017), ao longo da história o tratamento dedicado às pessoas com deficiência estava eivado de prerrogativas assistencialistas e/ou



discriminatórias. No Brasil, apesar das iniciativas tomadas ainda no século XIX, voltadas à educação das crianças cegas e surdas com a instalação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos em 1857, pouco foi realizado com a finalidade de regulamentar os direitos das pessoas com deficiência/PCD. Mesmo com as iniciativas do Movimento Apaeano em todo o Brasil e a criação dos centros de reabilitação, o hiato e o descaso político são evidentes quando buscamos as políticas públicas voltadas às PCD. Entretanto, podemos identificar alguns marcos importantes nessa história, como o ano de 1981, que caracteriza uma data importante na luta pelos direitos das pessoas com deficiência e pelo reconhecimento de organizações mundiais como a ONU e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Este apresenta a Lei Nacional Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 2015, evidenciando e proporcionando, por lei, a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, defendem Pereira e Saraiva (2017).

A proposta presente no Estatuto de 2015 tem como base os princípios do Desenho Universal e os define como "concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva" (BRASIL, Estatuto, 2015). Nessa percepção, a inclusão social caminha para o entendimento das particularidades e individualidades, como também entende que, independentemente das habilidades e/ou limitações, é preciso tornar os ambientes de aprendizagem e interação social acessíveis a todos. Sendo assim, as bibliotecas públicas que têm o objetivo de dar acesso às informações devem estudar e aplicar os princípios do Desenho Universal. De acordo com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (1994, p. 1), a biblioteca pública:

[...] é o centro local de informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento. Os serviços fornecidos pela biblioteca pública baseiam-se na igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para usuários inaptos, por alguma razão, a usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias lingüísticas, pessoas deficientes ou pessoas em hospitais ou prisões.

Tressino e Moro (2013, p. 2) afirmam que a biblioteca pública presta serviços aos seus usuários com o objetivo de facilitar seu acesso à informação "de forma gratuita e



igualitária, sem discriminação ou qualquer tipo de preconceito”. Assim, compreender até que ponto uma unidade de informação é acessível requer sensibilidade e domínio das normativas e legislações.

Para isso, é preciso também conhecer os parâmetros e as dimensões de acessibilidade que de acordo com Sasaki (2015, p. 3-4) consiste na:

Acessibilidade arquitetônica: Remoção de barreiras físicas (degraus e desníveis no chão, pisos escorregadios, portas estreitas, sanitários minúsculos, má iluminação, má ventilação, má localização de móveis e equipamentos etc.). Implantação de amplos corredores com faixas indicativas de alto contraste, elevadores, rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto entre as prateleiras e estantes, as mesas e cadeiras e os equipamentos (máquinas que ampliam letras de livros, jornais e revistas, computadores etc.).

Acessibilidade comunicacional: Disponibilidade de pessoas que possam usar a língua de sinais brasileira (Libras); de auxiliares para orientação de pessoas cegas para localizar livros e outros materiais; disponibilidade de textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, recursos ópticos e não ópticos, lupa, teléscopos, barra de leitura livros falados, soroban, vídeos com legendas e inserção de intérprete de Libras e outras centenas de recursos que facilitam a comunicação.

Acessibilidade metodológica: Sistema que facilite aos usuários cegos e com deficiência física a busca de livros e outros materiais de leitura e pesquisa.

Acessibilidade instrumental: Dispositivos que facilitem anotar informações tiradas de livros e outros materiais, manejar gavetas e prateleiras, manejar computadores e acessórios etc.

Acessibilidade programática: Sem barreiras invisíveis nos regulamentos e normas para uso dos serviços e materiais disponíveis na biblioteca.

Acessibilidade atitudinal: Pessoal capacitado em atitudes não preconceituosas para dar atendimento aos usuários com deficiência de qualquer tipo.

Acessibilidade natural: Sem barreiras na natureza onde bibliotecas estejam localizadas ou, pelo menos, com barreiras naturais minimizadas ou eliminadas sem causar destruir o meio ambiente.

Dessa maneira, os parâmetros de acessibilidade devem ser verificados na unidade de informação, com o objetivo de promover uma acessibilidade total conforme a legislação federal precisando realizar ambientes necessários a todos, principalmente em instituições educacionais, como escolas e faculdades públicas e privadas, além das bibliotecas, tentando atingir as dimensões supracitadas acima.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Marconi e Lakatos (2022, p. 49) “[...] é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos”; básica e pura que de acordo com Gil (2022, p. 41) são “pesquisas



destinadas unicamente à ampliação do conhecimento [...]”; de natureza qualitativa, que segundo Flick (2009, p. 20) “A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida”; tendo o como característica ser descritiva com o intuito de elencar características de um determinado fenômeno, como declara Gil (2022, p. 41) que:

[...] têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadra nessa categoria.

Sendo caracterizado como um estudo de caso pelo fato de ser analisada uma determinada realidade. Segundo Severino (2016, p. 128) esse tipo de pesquisa “se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. Dessa forma, este tipo de pesquisa, investiga especificamente particularidades de um determinado ambiente, principalmente pelo método da observação, que de acordo com Matias-Pereira (2019, p. 51) na “observação simples, [...] procura-se entender as regularidades, relação que os fenômenos guardam entre si, independente de ordem ou sistema. É a observação do leigo, que ordinariamente, costuma fazer em qualquer situação”; levando em consideração tudo que está inserido nela, tendo assim, um significado bem representativo e significativo; utilizando a revisão de literatura em artigos científicos sugeridos na disciplina de “Educação e Acessibilidade em Unidades de Informação”, no Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento, que aborda temáticas sobre acessibilidade, inclusão social, bibliotecas públicas e Desenho Universal. Para tanto, serão levadas em consideração duas normas essenciais criadas com esse intuito, previstas na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): a Norma Brasileira (NBR) 9050, de 2015, sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; e a ABNT NBR 15599, de 2008, sobre acessibilidade - comunicação na prestação de serviços.

4 RESULTADOS

Dentro da compreensão de que as bibliotecas, públicas ou privadas, devem servir como espaços acessíveis aos seus usuários e visitantes, percebe-se a importância de identificar os obstáculos físicos, comunicacionais e atitudinais que estejam impedindo o uso



do espaço e de toda a potencialidade que as bibliotecas têm a oferecer à sociedade. Nesse intuito, as medidas de inclusão fornecem as orientações necessárias para serem pensadas e desenvolvidas tanto pelo bibliotecário, como também pelas pessoas envolvidas com as atividades voltadas para o público. Para Sasaki (2009, p. 1), a inclusão consiste em adequações para toda a diversidade humana, no sentido de ter e construir sistemas sociais comuns a todos:

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

A compreensão dos fundamentos da acessibilidade, do Desenho Universal e da inclusão social na formação do profissional da informação promove a possibilidade do profissional estar mais capacitado para a atuação profissional. Dentro dessas condições, esse profissional poderá desenvolver projetos acessíveis, saberá identificar e avaliar qual a tecnologia assistiva mais adequada à instituição, e, também, saberá fazer o diagnóstico prevendo os obstáculos e pensando em soluções viáveis. Com uma formação adequada, esse profissional saberá a importância do *Braille*, do texto em caractere aumentado, da audiodescrição e do *signwriting* que, de acordo com Cristiano (2020), “é um sistema que permite ler e escrever qualquer língua de sinais sem a necessidade de tradução para uma língua oral” no sentido de acesso à informação, além de utilizar softwares leitores de tela como *dosvox* (gratuito) ou *Nonvisual Desktop Access (NVDA)* (pago).

A partir desse entendimento, o olhar para a Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes Duarte, da cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, torna-se imprescindível para identificar diversos elementos que impedem o livre acesso e uso dos seus serviços. Situada no centro do município, ela está localizada em uma área central, comercial, com a presença de escolas e residências. A partir do diagnóstico realizado, através de informações coletadas de um documento da Biblioteca Municipal intitulado de: “Projeto Biblioteca Municipal Ney Pontes Duarte”, construído e disponibilizado pela atual diretora desta unidade informacional e pela técnica da observação, no dia 29 de abril de 2022, visitando todos os ambientes da biblioteca, tirando fotos e fazendo anotações, sendo todas essas ações aprovadas e autorizadas pela direção da biblioteca; constatou-se que não há



acessibilidade física no entorno da biblioteca, nem nas rotas de acesso. Na entrada, não existe recuo no acostamento com baias específicas para os transportes escolares; não existem vagas reservadas para PCD; e, além disso, há dessincronização das faixas de pedestres com as rampas de acesso, como determina a norma ABNT NBR 9050: “[...] providas de rampas, ou rampas e escadas, ou rampas e elevadores, ou escadas e elevadores, para sua transposição. As rampas, escadas e elevadores devem atender ao disposto nesta Norma.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 82). Na estrutura do prédio da biblioteca pública, foi observado que o edifício da unidade não tem acessibilidade física, podendo ser enxergada uma única entrada e saída através da escada, sem nenhuma rampa de acesso.

Para garantia de acesso com segurança e autonomia, recomenda-se o uso de piso tátil, sinalizadores sonoros e mapas táteis. Entretanto, esses recursos não foram identificados nem no entorno da instituição, nem nas instalações internas. Um outro aspecto que deve ser analisado são as entradas, que medem cerca de mais de 0,90 cm desníveis. Em relação ao seu acervo, não há obras em formatos acessíveis, nem em outros formatos, como previsto na ABNT NBR 15599, de 2008, e na ABNT NBR 9050, de 2015. Também não foi encontrado disponibilização de computadores para pesquisa e de tecnologias em geral, devido à falta de investimentos do órgão público. Em relação aos espaços entre as estantes, não há acessibilidade, devido ao fato de não medirem 1,20 cm como disposto na ABNT NBR 9050, de 2015, mas medindo, em geral, 1,00 m.

Para além dos elementos identificados, percebe-se a circulação interna comprometida, a dificuldade de acesso aos três pavimentos, a altura das estantes, a falta de informações acessíveis, a falta de setores e profissionais voltados para o atendimento às pessoas com deficiência. Esses elementos acarretam em aspectos que precisam ser estudados planejando possíveis resoluções, de acordo com as condições e especificidades da instituição. As normativas e os princípios do Desenho Universal são elementos práticos, orientadores e podem fornecer subsídios para a adequação física, circulação e conforto dos usuários, independentemente de suas capacidades e limitações. Nesse sentido, as seguintes possibilidades podem ser alternativas viáveis de serem implementadas: alocar rampas móveis para suplantarem os desníveis; estabelecer parcerias/convênios com as universidades, no intuito de promover cursos de capacitação em Libras, disponibilização de vagas de estágios voluntários e/ou curriculares e impressão de textos e livros em *Braille*; e fomentar o



levantamento de aplicativos e programas gratuitos de acessibilidade, tanto para o gerenciamento das informações, quanto para facilitar a busca e a leitura dos usuários PCD.

Contudo, o obstáculo atitudinal é o mais difícil, pois depende da sensibilidade dos profissionais que estão à frente dessas instituições e que podem repensar suas práticas. De acordo com Rodrigues, Ziegelmann e Bahia (2019, p. 3), o profissional da informação é responsável pela produção, armazenamento e uso em relação à informação, cabendo a ele ter a percepção de sua unidade informacional para lidar com recursos tecnológicos que possibilitem o acesso, uso, tratamento e recuperação da informação. Nesse entendimento, Valentim (2002) afirma que, pela informação apresentar várias formas e suportes, é preciso que o profissional da informação se adeque a elas, sempre aperfeiçoando seu desempenho e ampliando suas habilidades e consequências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes Duarte, da cidade de Mossoró/RN, é inacessível para seus usuários, ou seja, não possui nenhuma dimensão de acessibilidade, seja ela física, digital, comunicacional ou atitudinal. Além disso, não há profissional da informação na unidade, o que significa que é preciso que a Lei nº 9.675/98, que declara a obrigatoriedade do profissional bibliotecário atuando nas bibliotecas, seja efetivada, tanto nas instâncias públicas quanto nas instâncias privadas. A importância desse profissional não está apenas no gerenciamento das informações, mas também no atendimento e promoção de ações de mediação que as bibliotecas possam realizar. No mais, é importante compreender que os obstáculos que os usuários PCD esbarram nas bibliotecas, arquivos e museus são frutos de uma sociedade excludente que não compreende a diversidade.

A sociedade ainda é deficiente. As vias, os acessos, os equipamentos urbanos, os edifícios, a comunicação e os serviços são elementos com os quais transitamos e lidamos no dia a dia. Só percebemos sua inviabilidade quando exercemos um olhar mais sensível para entender as necessidades, as particularidades e a diversidade social. Os pensamentos, ainda arraigados à preconceitos e ao individualismo, tendem a não perceber as urgentes mudanças necessárias ao estilo de vida hodierno. As discussões e os embates que tomam como fundamento os princípios do Desenho Universal, acessibilidade e a inclusão social e cultural permitem demonstrar a complexidade do tema e sua viabilidade prática, mas se



fazem urgentes mudanças estruturais, na mentalidade social e na formação do profissional da informação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**: reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumento_s/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 09 abr. 2022.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 4 ed. rev. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2017.

CRISTIANO, Almir. **Signwriting**. 2020. Disponível em: <https://www.libras.com.br/signwriting>. Acesso em: 30 maio 2022.

FERNANDES, Tereza Liduina Grigório; VIANA, Tania Vicente. Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs): avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidades. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GABRILLI, Mara. **Desenho universal: um conceito para todos**. [21-?]. Disponível em: https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf. Acesso em: 09 abr. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022.

IFLA; UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. [s.l.]: IFLA/UNESCO, 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-ptbrasil.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan.-jun./2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677. Acesso em: 22 mar. 2022.



RODRIGUES, Carlos Alberto; ZIEGELMANN, Luize Daiane dos Santos; BAHIA, Eliana Maria dos Santos. Acessibilidade em arquivos: um olhar sob a competência do arquivista. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis.

Anais [...]. Florianópolis: ENANCIB, 2019. Disponível em:

<https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/search/results>. Acesso em: 9 maio 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível

em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 30 maio 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Parâmetros de acessibilidade em bibliotecas escolares. Texto original publicado na revista **Reação**, São Paulo, ano IX, nº 45, jul./ago. 2005, p. 6-8, e atualizado em 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

TRESSINO, Camila Schoffen; MORO, Eliane Lourdes da Silva. Da exclusão e sofrimento à inclusão social e leitura: a Biblioteca de São Paulo como referência de biblioteca inclusiva no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis, 2013.

VALENTIM, Lígia Marta. **Formação do profissional da Informação**. São Paulo: Polis, 2002. 152 p. Disponível em: <https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Formacao-do-profissional.pdf>. Acesso em: 9 maio 2022.